



## EDUCAÇÃO

# Novo PNE é avanço, mas execução desafia

Educadores avaliam que o sucesso do plano, que valerá pelos próximos 10 anos, depende da redução de desigualdades

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Sancionado na semana passada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o novo Plano Nacional de Educação (PNE) guiará as diretrizes, estratégias e metas para os próximos 10 anos em todo o país. A lei, elaborada pelo Ministério da Educação (Mec) e aprovada no Congresso Nacional, estabelece 19 objetivos, 73 metas e 372 estratégias (veja o painel). Esses pontos serão baseados nos princípios da equidade social e racial e do desenvolvimento educacional. Considerado positivo por especialistas ouvidos pelo **Correio**, o plano deve enfrentar desafios para sua execução, assim como a versão anterior, que não atingiu todas as suas metas.

O novo guia estabelece pontos como a ampliação de creches para 60% das crianças de até três anos de idade, a universalização da pré-escola e a alfabetização de pelo menos 80% dos alunos ao final do segundo ano do ensino fundamental até 2031. Além disso, o PNE prevê ações para ampliar o investimento público em educação, com meta de alcançar 7,5% do Produto Interno Bruto (PIB) até o sétimo ano de vigência e 10% ao fim de 2036.

O presidente Lula, ao sancionar o novo plano, frisou o fato de o Mec ficar responsável por fiscalizar, a cada dois anos, o cumprimento da lei por estados e municípios. "A sociedade brasileira tem a obrigação política, moral e ética de fiscalizar para saber quem é que não está cumprindo, de onde vem a responsabilidade, por que o prefeito não cumpriu, por que o governador não cumpriu, por que o governo federal não cumpriu, e denunciar. Se vocês não protestarem, não gritarem, não acompanharem, esperar que tenha uma eleição a cada quatro anos para a gente consertar, fica muito difícil", disse o presidente ao criticar o fato de que o último PNE não foi cumprido.

### Botar em prática

Mesmo com a declaração de Lula e o fato de o novo plano de educação prever a fiscalização bianual, especialistas no tema afirmam que o desafio no PNE continuará sendo o da execução dos objetivos, metas e estratégias.

Segundo a especialista da Fundação Ayrton Senna Brenda Prata, a alfabetização no período certo — até final do segundo ano do ensino fundamental para todas as crianças — esbarra no cenário de desigualdade estrutural em que há redes escolares com maior estrutura física e de professores do que outras. "Para avançar de verdade, precisamos avançar com equidade. Hoje, o Brasil convive com uma grande desigualdade entre redes. Há

Ricardo Stuckert/PR



O presidente Lula sancionou o documento na última terça-feira, ao lado do novo ministro da Educação, Leonardo Barchini, no Planalto

### Confira os 19 objetivos do Plano Nacional de Educação:

1. Creche e Pré-escola: Ampliar a oferta de matrículas em creche e universalizar a pré-escola.
2. Qualidade na Infância: Garantir a qualidade da oferta de educação infantil.
3. Alfabetização: Assegurar a alfabetização ao final do segundo ano do ensino fundamental para todas as crianças.
4. Fluxo Escolar: Garantir que crianças, adolescentes e jovens concluam o fundamental e o médio na idade regular.
5. Aprendizagem: Garantir a aprendizagem dos estudantes no ensino fundamental e médio.

6. Tempo Integral: Ampliar a oferta de educação em tempo integral na rede pública.
7. Educação Digital: Promover a educação digital para o uso crítico, reflexivo e ético das tecnologias.
8. Educação Ambiental: Promover a educação ambiental e o enfrentamento das mudanças climáticas.
9. Diversidade e Campo: Garantir acesso, qualidade e permanência na educação indígena, quilombola e do campo.
10. Educação Especial: Garantir o acesso, a oferta e a aprendizagem dos alunos da educação especial e bilíngue de surdos.

11. EJA: Assegurar a alfabetização e ampliar a conclusão da educação básica para jovens, adultos e idosos.
12. Ensino Técnico: Ampliar o acesso e a permanência na educação profissional e tecnológica (EPT).
13. Qualidade na EPT: Garantir a qualidade e a adequação da formação profissional às demandas da sociedade e do trabalho.
14. Ensino Superior: Ampliar o acesso, a permanência e a conclusão na graduação, com inclusão e redução de desigualdades.

15. Qualidade no Superior: Garantir a qualidade de cursos de graduação e instituições de ensino superior.
16. Pós-Graduação: Ampliar a formação de mestres e doutores de forma equitativa e inclusiva.
17. Profissionais da Educação: Garantir formação e condições de trabalho adequadas aos profissionais da educação básica.
18. Participação Social: Assegurar a participação social no planejamento e na gestão educacional.
19. Equidade na Oferta: Assegurar a qualidade e a equidade nas condições de oferta da educação básica.

municípios com políticas estruturadas e outros sem capacidade técnica mínima, bem como desigualdades estruturais de raça, território, gênero e modalidades específicas como educação indígena e do campo. O novo PNE traz avanços importantes, como metas intermediárias, no caso da alfabetização, atingir 80% de crianças alfabetizadas até 2030, e o monitoramento, que

ajudam a acompanhar o progresso e corrigir rotas", avaliou Brenda. Além da alfabetização, a especialista pontuou que a expansão do ensino técnico e profissional (objetivo 12) deve estar relacionada com o desenvolvimento crítico. "A nova reforma do ensino médio já garante uma carga relevante de formação geral básica, e isso é essencial. O desenvolvimento de competências

para a vida, como pensamento crítico, criatividade e competências socioemocionais, não deve acontecer de forma separada, mas integrado ao currículo. Por isso, o ensino técnico precisa vir articulado a uma formação geral sólida, garantindo que todo jovem tenha acesso a uma formação completa. Quanto ao fato de que o novo PNE prevê ampliação do investimento

público em educação, com meta para chegar a 10% do PIB até o fim de 2036, Brenda Prata apontou para a necessidade de o Estado atentar-se à qualidade do gasto. "O novo PNE traz metas ambiciosas que, em muitos casos, exigem aumento de investimento. Sem isso, existe o risco de o plano se tornar apenas uma carta de intenções. Ao mesmo tempo, a qualidade do

gasto é um desafio central. Em muitas redes, ainda há dificuldades na alocação estratégica dos recursos e na conexão entre investimento e aprendizagem. Hoje, ainda são frágeis os mecanismos de responsabilização que garantam que o recurso está, de fato, gerando impacto. O que está previsto é que os gestores venham a público, ao menos bianualmente, compartilhando o que avançou e o que não e trazendo justificativas", declarou a especialista.

### Equidade racial

Na avaliação do Instituto Dacor — grupo especializado na coleta de dados para combater o racismo — o novo PNE, embora apresente avanços em relação ao anterior ao ter a equidade racial como ponto-chave do plano, ainda trata o tema de maneira superficial. Segundo o presidente do instituto, Helton Souto, o novo Plano Nacional de Educação não orienta a implementação de práticas de equidade racial nos estados e municípios. "(O plano) termina por não orientar a implementação de práticas nos estados, municípios, redes de ensino e escolas voltadas para transformações estruturais que possam levar estudantes negros e indígenas a avançarem em seus níveis de aprendizagem, sua maior noção, identificação e pertencimento à escola e a melhor construção de seus projetos de vida", considerou.

"Era de se esperar que o PNE aprofundasse nos seguintes itens que precisariam de atenção máxima nos estados e municípios: raça, cor e gênero como elementos estruturantes para a construção das políticas; o financiamento da educação orientado para a redução de desigualdades raciais; a articulação necessária entre a Educação Para as Relações Étnico-Raciais (Erer) e a formação docente; e a produção de dados educacionais com recorte raça e cor, de modo que as políticas possam ser monitoradas a partir de uma governança cada vez mais participativa e focada na superação de desigualdades", detalhou Helton.

A equidade racial como perspectiva para o novo PNE também foi comentada pelo diretor da Educafro, frei Davi Santos. Segundo ele, o plano educacional sofreu "recortes e fracionamentos" para atender a diversos interesses políticos durante sua tramitação no Congresso. Ainda assim, defendeu o responsável pela rede de cursinhos comunitários, dizendo que a sociedade deve "abraçá-lo com carinho" para garantir sua execução, mas sem baixar a guarda. "O Brasil costuma desrespeitar direitos de pobres e negros. Diante disso, a sociedade civil e o Ministério Público devem ficar atuentes nesse processo de fiscalização para que escolas, prefeitos e governadores punam (quem descumprir a lei)", afirma Frei Davi.

## ALZHEIMER

# Novo remédio chega ao país em junho

O lecanemabe, um novo medicamento contra o Alzheimer, deve chegar ao mercado brasileiro em junho. O remédio foi aprovado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em dezembro.

Para um mês de tratamento,

o preço do medicamento, sem taxas e impostos, será de R\$ 8.108,94. Com a aplicação de uma alíquota de 18%, comum na maioria dos estados, o valor chega a R\$ 11.075,62.

O lecanemabe é um

medicamento biológico. Esse tipo de insumo é produzido a partir de organismos vivos, como células e tecidos, e atua para reconhecer alvos específicos dentro do organismo. Contra o Alzheimer, ele atua sobre as protofibrilas de beta-amiloide, formas tóxicas da proteína que se acumulam no cérebro e causam morte de neurônios.

Segundo a diretora da área médica da Biogen, farmacêutica responsável pelo produto no Brasil, Tatiana Branco, o principal

diferencial do lecanemabe é seu duplo mecanismo de ação. O medicamento não só remove a porção tóxica da beta-amiloide já presente no cérebro. Ele também reduz a formação de novas placas. "A gente também observou, no estudo clínico, uma redução de 27% no declínio e no comprometimento clínico dos pacientes que usaram o medicamento ao longo de 18 meses", disse. Os resultados do estudo foram publicados no periódico *New England Journal of Medicine*.

Ao todo, 1.795 pessoas participaram da análise, realizada de forma multicêntrica em América do Norte, Europa e Ásia.

### Atenção

O diretor médico da Eisai no Brasil, empresa também responsável pelo produto, Rodrigo Nascimento, pondera que o lecanemabe é um medicamento para evitar a progressão da doença. "Ele não tem como finalidade reverter o que

já aconteceu do ponto de vista cognitivo", explica.

O indicado, de acordo com ele, é que o remédio seja usado em fases iniciais da doença, como o comprometimento cognitivo leve e a demência leve ligada ao quadro. "Daí a necessidade do diagnóstico precoce para que os pacientes possam colher o melhor benefício que o medicamento pode proporcionar", comentou ainda Nascimento. **(Com informações da Agência Estado)**